

**POLÍTICAS PÚBLICAS FRONTEIRIÇAS DE COMBATE AO  
FOGO NO PANTANAL SUL MATO-GROSSENSE**

ZANINI, Ruth G<sup>31</sup>

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS

BRAGA, Patrícia Benedita Aparecida<sup>32</sup>

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS

81

**GT 02 Análise de Políticas Públicas e problemas de Direitos Humanos**

**INTRODUÇÃO.**

O objetivo deste resumo expandido é apresentar uma pesquisa em andamento, desenvolvida como critério essencial para aprovação na Pós-graduação *Lato Sensu* em *Políticas Públicas, Cultura e Sociedade* na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Paranaíba. O artigo em desenvolvimento objetiva fomentar o debate das políticas públicas transfronteiriças que podem auxiliar nas ações de políticas de prevenção e controle de queimadas e, por conseguinte, conservação e proteção do complexo pantaneiro.

A pesquisa foi dividida em quatro partes: apresentação de dados sobre o pantanal e histórico de queimadas na região transfronteiriça de 2019 a 2022; exposição das políticas públicas existentes na região transfronteiriça pantaneira de Corumbá-MS/BR e Puerto Quijarro, província de Germán Bruschi (Departamento de Santa Cruz)/BO; análise conceitual a partir da ideia de fronteira e transfronteira ambiental/climática e política; conclusões e referências. O período de recorte para obtenção dos dados compreende a gestão dos governos de Jair Bolsonaro no Brasil, um ano de Evo Morales (2006 até 2019) e três anos de Luis Alberto Arce Catacora (2020 – atual) na Bolívia.

A primeira parte da pesquisa procura demonstrar as principais características e aspectos do Pantanal transfronteiriço, e posteriormente, elaborar tabelas e gráficos comparativos sobre os índices de queimadas florestais neste bioma. Na segunda parte, pretende-se utilizar documentos legais e/ou sites oficiais das instituições responsáveis

---

<sup>31</sup> Discente da Especialização de Pós Graduação Lato Sensu em Políticas Públicas, Cultura e Sociedade da UEMS/ Paranaíba MS

<sup>32</sup> Professora Convidada Pós-Graduação Lato Sensu Políticas Públicas, Cultura e Sociedade, PPCS/UEMS, Brasil.

## SEMINÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: PESQUISA E INTERDISCIPLINARIDADE

pela proteção deste bioma e analisar as políticas públicas de prevenção e combate a queimadas florestais. A terceira parte, pretende-se apresentar reflexões sobre as problemáticas abordadas dentro das políticas, tendo como respaldo a utilização de bibliografias sobre fronteira e transfronteira ambiental/climática e política.

Portanto, considerando que este resumo expandido é à apresentação de uma pesquisa em andamento, pretendemos apresentar as principais considerações debatidas até o momento.

82

### PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

O Pantanal, segundo o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL (2022) é o maior complexo de área úmida do mundo, com características únicas e este é um dos motivos dele ser considerado como patrimônio natural e de reserva biosfera da Humanidade (UNESCO/ONU) desde 2000. Em termos de extensão, ele se estende por três países, Brasil, Bolívia e Paraguai (200 mil km<sup>2</sup>). É a maior área alagada do mundo, sendo essencial ao equilíbrio do meio ambiente regional e global.

Nesse complexo ambiental e climatológico, foram identificadas mais de 3,5 mil espécies de plantas, 325 de peixes, 53 de anfíbios, 98 de répteis, 656 de aves e 159 de mamíferos. De acordo com os dados IBGE (pg. 15, 2017), nesse local há 146 espécies endêmicas (ou seja, só se reproduzem neste ambiente). No Brasil, esse complexo se estende por aproximadamente 138.183 km<sup>2</sup> (estimasse 62% do total do bioma), com 65% de seu território no estado de Mato Grosso do Sul e 35% no Mato Grosso (EMBRAPA, 2022). No território boliviano, o pantanal está localizado (aproximadamente 20% do total do bioma), em partes, na região sudeste, Província de Santa Cruz, nos distritos de Germán Busch e Ángel Sandóval, em uma área aproximada de 3,3 milhões de hectares, onde há o Parque Nacional Otuquis, com aproximadamente um milhão de hectares. Em outra porção com fronteira ao Mato Grosso, extensão de 26, 5 km<sup>2</sup> está o Parque da Bahia de Cáceres. E, com a menor área, em termos totais, há o território do Paraguai com 4,2 milhões de hectares, o equivalente a 18% da superfície total deste bioma (OBSERVATÓRIO PANTANAL, 2022).

O sistema climático deste ambiente é de origem tropical e extratropical. No decorrer do ano, as chuvas no Pantanal apresentam dois períodos bem definidos: um chuvoso (de outubro a março), quando ocorre cerca de 80% do total médio anual das chuvas, e um período de estiagem (de abril a setembro). Em ambos os períodos os índices

## SEMINÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: PESQUISA E INTERDISCIPLINARIDADE

de umidade relativa do ar são impactados e vão de um extremo a outro. Por esta razão, ocorre um grande acúmulo de material orgânico seco em diversas regiões do Pantanal e este material, juntamente com a baixa umidade relativa do ar, favorece um ambiente propício para a ocorrência de incêndios na região (EMBRAPA, 2017).

Historicamente, as primeiras Unidades de Conservação (UC) na região só foram delimitadas em 1981, com a Estação Ecológica de Taimá (MT) e o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (MS/MT). Treze anos mais tarde (1994), foram inauguradas outras UCs. Hoje, pelo Painel de Unidades de Conservação Brasileiras (2022), o Pantanal tem 29 UCs, correspondente a 4,68% de todo o território pantaneiro. Dentro desta pequena porcentagem, apenas 7% são UC dentro de territórios de administração municipal, 45% estadual e 48%, de âmbito federal. Em termos de preservação, os índices de proteção são menores, tendo em vista que somente 3% do total pantaneiro é área de preservação permanente.

Dada a importância deste bioma e a fragilidade de sua área e conservação, se torna imprescindíveis pesquisas e políticas públicas que contribuam para a sua proteção e preservação. Ele é o menor bioma do Brasil e por três anos consecutivos ficou nos primeiros lugares com os maiores focos de incêndio florestal no país. Os recursos naturais presentes nele não seguem as fronteiras físicas e políticas criadas pelo ser humano. Isso significa que as ações humanas, como os incêndios florestais e outras formas de degradação ambiental, têm consequências que ultrapassam essas fronteiras

Tendo como referência todos os biomas brasileiros, o INPE (2023) aponta no ano de 2019 que o Pantanal ficou em quinto lugar, em 2020 no terceiro, 2021 em quarto e no ano posterior, em último, de maiores índices de queimadas. Além disso, por ser um ecossistema compartilhado com outros três países, entendemos que os incêndios florestais são passíveis de alastramento, colocando em risco todo o bioma, sendo necessários uma prevenção e combate conjunto das queimadas em ambos os países.

Dentro das políticas investigadas até o momento, destaca-se que é recente a preocupação com a conservação e preservação deste bioma na Bolívia, as primeiras políticas voltadas ao meio ambiente começaram a ser outorgadas no início da década de 90. Os índices de focos de queimadas na Bolívia, na região pantaneira, estiveram na média de 18 mil focos por ano (2019 a 2022).

No Brasil, especificamente na região de Corumbá/MS, os focos de queimadas, mesmo com um dos maiores índices no Brasil, tiveram um decréscimo considerável nos

## SEMINÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: PESQUISA E INTERDISCIPLINARIDADE

anos de 2021 e 2022. Em termos de políticas públicas de proteção e conservação do Pantanal, destaca-se haver mais políticas de âmbito federal e estadual, sendo que até o momento não foi encontrada políticas que tratam especificamente do bioma pantaneiro sul mato-grossense.

84

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em andamento tem apontado que as políticas públicas de ambos os países, para a região Pantaneira, não estão convergindo na mesma direção, até o momento. Ambos os países apontam políticas públicas que tem se limitado para os territórios e fronteiras. As políticas públicas existentes na região, com maior foco, estão baseadas na preocupação em manter o espaço político de segurança, controle e proteção sociais.

Contudo, como já comentado anteriormente, o Pantanal ultrapassa as delimitações urbanas estipuladas pelo ser humano, havendo necessidade de políticas públicas de integração e cooperação dos países envolvidos. Os impactos da urgência deste tipo de cooperação para o Pantanal vêm se apresentando, ano após ano, como o alastramento dos incêndios florestais da Bolívia para o Brasil nos últimos 4 anos. Ou como a última reportagem do governo do Mato Grosso do Sul sobre a diminuição dos índices fluviais dos rios e lagos nos últimos anos, mesmo com as chuvas constantes em 2022 e 2023.

### REFERÊNCIAS

INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (comp.). **Programa queimadas:** sistema de monitoramento. Sistema de monitoramento. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal>. Acesso em: 06 out. 2023.

EMBRAPA PANTANAL - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (org.). **O Pantanal**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/pantanal/apresentacao/o-pantanal>. Acesso em: 06 out. 2022.

OBSERVATÓRIO PANTANAL (comp.). **O Pantanal é latino**. Disponível em: <https://observatoriopantanal.org/2020/03/19/o-pantanal-e-latino/>. Acesso em: 06 out. 2022.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (comp.). **Brasil:** Mato Grosso do Sul; Corumbá. Mato Grosso do Sul; Corumbá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em: 06 out. 2022.